

Organizadores
Fania Fridman
Luciana Alem Gennari
Cleandro Krause

DE CIDADES E TERRITÓRIOS

Volume 2



FAPERJ



CNPq



DE CIDADES E TERRITÓRIOS

Volume 2

Organizadores
Fania Fridman
Luciana Alem Gennari
Cleandro Krause

DE CIDADES E TERRITÓRIOS

Volume 2





Os AUTORES responsabilizam-se inteiramente pela originalidade e integridade do conteúdo contido na sua OBRA, bem como isentam a EDITORA de qualquer obrigação judicial decorrente de violação de direitos autorais ou direitos de imagem contidos na OBRA que declaram sob as penas da Lei ser de sua única e exclusiva autoria.

De cidades e territórios: volume 2
Copyright © 2019 – Fania Fridman, Luciana Alem Gennari e Cleandro Krause (orgs.)
Todos os direitos são reservados no Brasil

Este livro só pode ser publicado graças aos apoios da **FAPERJ**, Av. Erasmo Braga, 118 / 6º andar – Rio de Janeiro – RJ 20020-000 – www.faperj.br e do **CNPq**, SHIS Q1 01, Conj. B, Blocos A, B, C e D, Edifício Santos Dumont, Lago Sul, Brasília, DF, 71605-001 – www.cnpq.br.

PoD Editora

Rua Imperatriz Leopoldina, 8 – sala 1110 – Centro
Rio de Janeiro – 20060-030
Tel. 21 2236-0844- • www.podeditora.com.br
atendimento@podeditora.com.br

Capa:
Fania Fridman

Diagramação, impressão e acabamento:
PoD Editora

Nenhuma parte desta publicação pode ser utilizada ou reproduzida em qualquer meio ou forma, seja mecânico, fotocópia, gravação e nem apropriada ou estocada em banco de dados sem a expressa autorização dos autores.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D32

De cidades e territórios: volume 2 / organização Fania Fridman, Luciana Alem Gennari, Cleandro Krause. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Pod, 2019.

274 p. : il. ; 24 cm
Inclui bibliografia e índice

ISBN: 978-85-8225-286-4

1. Sociologia urbana – Brasil. 2. Planejamento urbano regional – Brasil.
3. Política urbana – Brasil. I. Fridman, Fania. II. Gennari, Luciana Alem. III. Krause, Cleandro.

CDD: 307.760981

CDU: 316.334.56(81)

05/11/2019

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

Sumário

Apresentação	7
Parte I Cidades: programas, representações e percursos.....	11
Natal, uma cidade barroca no Nordeste do Brasil	13
<i>Rubenilson Brazão Teixeira</i>	
Cidade do Icó e arquitetura religiosa. Insinuações barrocas nos sertões do Ceará oitocentista	35
<i>Clovis Ramiro Jucá Neto</i>	
Um consenso urbano em três tempos: espaços centrais e periféricos em Porto Alegre	49
<i>Cleandro Krause</i>	
A balnearização como projeto de desenvolvimento do subúrbio: o caso da praia de Ramos (Rio de Janeiro, 1930-1950).....	63
<i>Maria Isabel de Jesus Chrysostomo</i>	
Bairro, um conceito em construção	85
<i>Luciana Alem Gennari</i>	
As dimensões indefinidas do local	109
<i>Carlos Henrique Carvalho Ferreira Junior</i>	
O IBAM e a formação de técnicas/os para o planejamento urbano no Brasil: a experiência do CEMUAM.....	129
<i>Tiago Cargnin Gonçalves</i>	
Parte II Territórios: paisagem, redes e políticas regionais	155
No coração da América portuguesa: aldeamentos indígenas e formação de territórios na capitania de Goiás.....	157
<i>Maria Fernanda Derntl</i>	
Por uma nova história urbana menos regionalizada.....	175
<i>Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Alice Pereira Barreto, Guilherme Silvério Dias</i>	
Escola pública, cidade e região na província fluminense	193
<i>Valter Luiz de Macedo</i>	
“Rede urbana” na região da Grande Iguaçu (1833/1943).....	213
<i>Lúcia Silva</i>	

Dois estudos de caso de políticas públicas em São João de Meriti: o Plano da FUNDREM (1975) e o Programa Baixada Viva/Nova Baixada (1996)..	229
<i>Fernando Nicholas dos Santos Dias</i>	
Estado e planejamento regional na Zona da Mata de Minas Gerais: contribuições para a descolonização do pensamento	251
<i>Josarlete Magalhães Soares</i>	
Sobre os autores e organizadores	273

Apresentação

Esta coletânea reúne treze artigos elaborados por pesquisadores ligados a duas redes de investigação, o Grupo de Estudos do Território e de História Urbana¹ e o Grupo Construção Urbana e Territorial do Brasil.² Os trabalhos, versando sobre contextos, estruturas, projetos e políticas territoriais no país, foram organizados em dois blocos.

A Parte I, *Cidades*, inicia-se com a ideia de percursos através de dois ensaios dedicados a análises intraurbanas (de urbanismo e de arquitetura) procurando apreender elementos da manifestação do barroco. Em *Natal, uma cidade barroca no Nordeste do Brasil*, Rubenilson Brazão Teixeira busca reconhecê-los fora das maiores cidades brasileiras durante o século XVIII e em parte do XIX. O autor chama atenção para as práticas sociais e os usos de áreas urbanas que evidenciariam a teatralidade barroca. Clovis Ramiro Jucá Neto, em *Cidade do Icó e arquitetura religiosa: insinuações barrocas nos sertões do Ceará oitocentista* realiza, a partir de relatos de viajantes e registros visuais, uma análise morfológica. As três igrejas setecentistas e uma oitocentista e sua implantação na preexistência do desenho urbano português protagonizam um incipiente urbanismo barroco no interior.

Seguem quatro artigos que investigam as diferentes dimensões de um âmbito em comum: o local. Cleandro Krause, em *Um consenso urbano em três tempos: espaços centrais e periféricos em Porto Alegre*, examina práticas de agentes interessados na valorização da propriedade fundiária e no crescimento de uma economia local do final do período imperial ao pós 1930. O estudo busca demarcar a transição dos melhoramentos urbanos para o urbanismo apurando as desigualdades dessas intervenções sobre a estrutura intraurbana de usos do solo e localizações das classes sociais. Por sua vez, *A balnearização como projeto de desenvolvimento do subúrbio: o caso da praia de Ramos (Rio de Janeiro, 1930-1950)* de Maria Isabel de Jesus Chrysostomo apresenta três propostas de projetos para a região da Leopoldina que visariam contemplar as camadas médias e populares. Trata-se de um loteamento nas margens da praia de Ramos, apelidado de “Copacabana dos Subúrbios”, e de

¹ O GESTHU é vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e certificado pelo Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil/CNPq.

² Integram este Grupo docentes da Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília e Universidade de São Paulo.

dois projetos urbanísticos para a difusão do lazer popular – o balneário de Ramos e o Parque de Way Faria Timbó.

Em outra perspectiva está *Bairro, um conceito em construção* de Luciana Alem Gennari, que discute essa unidade espacial procurando qualificá-la como instrumento de planejamento urbano. Para isso explora conjuntamente dois sentidos de bairro no contexto urbano brasileiro: o administrativo, de retorno ao local no ordenamento territorial; e o associativo, de pertencimento ao lugar atribuído pelo morador como ferramenta de acesso aos recursos e aos serviços públicos. Carlos Henrique C. Ferreira Jr., em *As dimensões indefinidas do local*, levanta a questão da indeterminação material da categoria *governo local*, por não apontar para uma escala e unidade política. O texto contempla três visadas: a geográfica, destacando as disparidades do significado de local; a político-social, dos aspectos qualitativos do governo local em suas várias classificações que permitem estender, até mesmo aos estados, parte da instância local; e a legal, ou seja, o que a lei reconhece como local, recuperando a trajetória do sentido normativo dessa palavra.

Fechando esta primeira parte, em *O IBAM e a formação de técnicas/los para o planejamento urbano no Brasil: a experiência do CEMUAM*, Tiago Cargnin Gonçalves esmiúça o papel do Instituto Brasileiro de Administração Municipal e seu Curso de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Municipal e Urbano, primeira pós-graduação *lato sensu* de planejamento realizada entre 1965 e 1988. O artigo revela as mudanças qualitativas de sua metodologia à luz das transformações ocorridas no planejamento urbano a nível nacional.

A Parte II, *Territórios*, debruça-se sobre políticas públicas no sentido amplo, compreendendo desde normativos genéricos a planos específicos, chegando a conexões e redes em distintas temporalidades e territórios.

Maria Fernanda Derntl, autora de *No coração da América portuguesa: aldeamentos indígenas e formação de territórios na capitania de Goiás*, revela que, após a instalação de Vila Boa no sertão de Goiás em 1736, o estabelecimento de aldeamentos indígenas foi a principal intervenção metropolitana. Questionando as imagens de isolamento e decadência difundidas em registros históricos, busca discutir a inserção da capitania em dinâmicas mais amplas da formação territorial luso-brasileira e os conflitos entre diversos agentes envolvidos na organização dos espaços. Já o trabalho de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Alice Pereira Barreto e Guilherme Silvério Dias posiciona-se *Por uma nova história urbana menos regionalizada* ao buscar uma dimensão alargada de análise, extrapolando o âmbito de uma região delimitada. Por meio do estudo do Caminho do Viamão propõe revelar uma paisagem cultural diversificada, articulada à criação de gado que se irradiava em diversas direções, ultrapassando fronteiras interimperiais ao vincular-se ao comércio platino e andino.

Dois artigos articulam as políticas e a constituição de redes urbanas. Valter Luiz de Macedo, em *Escola pública, cidade e região na província fluminense* aborda o fortalecimento da unidade territorial pelo governo imperial, buscada pela tecnificação de vilas e cidades para funções de controle. Observa o território da província do Rio de Janeiro através de um dos elementos fundamentais ao projeto nacional pretendido e ao seu sistema de símbolos e ordens: os *fixos* do ensino público, materializado na instrução elementar, escolas normais, colégios e liceus. Em “*Rede urbana*” na região da Grande Iguaçu (1833/1943), Lúcia Silva resgata a história do município que compreendia, originalmente, o território que hoje se denomina Baixada Fluminense. Relaciona a formação da estrutura econômica local com a constituição de uma pequena rede urbana ressaltando a decadência do transporte fluvial pela emergência das ferrovias que impactaram na consolidação ou no declínio de alguns assentamentos e na mudança do perfil de suas populações.

Finalmente o planejamento urbano e regional em sentido estrito está presente em dois textos. Fernando Nicholas dos Santos Dias traz em *Dois estudos de caso de políticas públicas em São João de Meriti: o Plano da FUNDREM (1975) e o Programa Baixada Viva/Nova Baixada (1996)*, os desdobramentos da Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, bem como da criação da região metropolitana. Em análise estão as intervenções em que o planejamento tecnocrático é substituído por uma política clientelista e, após um hiato, o advento do Programa Baixada Viva acrescentando, como critério de seleção, a criação de comitês gestores locais que motivaram práticas eleitoreiras. O *Estado e planejamento regional na Zona da Mata de Minas Gerais: contribuições para a descolonização do pensamento*, de Josarlete Magalhães Soares, aborda uma política pública mediante a qual o Estado brasileiro se alinhou ao ideário do “desenvolvimento” vigente na segunda metade do século XX. A autora constata que, ao desconsiderar as relações sociais e econômicas baseadas na pequena propriedade e na agricultura e pecuária de subsistência, o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata, entre 1976 e 1985, beneficiou desigualmente a população rural e acarretou a proletarianização de parte dela.

Esperamos, com este livro, contribuir para reflexões sobre a política pública em perspectiva histórica no Brasil, motivadas por pesquisas que demonstraram sua vinculação a cidades e territórios.

Boa leitura!

Rio de Janeiro, novembro de 2019

Fania Fridman
Luciana Alem Gennari
Cleandro Krause

Parte I
Cidades: programas, representações e
percursos

Natal, uma cidade barroca no Nordeste do Brasil

Rubenilson Brazão Teixeira

O Barroco foi um fenômeno artístico e cultural do Ocidente. Mais do que uma simples questão de representação ou manifestação artística de uma época, compreendia um estado de espírito e uma mentalidade coletiva. Podemos, assim, falar de uma civilização barroca, que se desenvolveu durante o século XVII e primeira metade do século XVIII no mundo ocidental em geral e em alguns países da Europa em particular, especialmente em países católicos como a Itália e a Espanha. No Brasil e América Latina, o Barroco é em grandes linhas contemporâneo do Barroco Europeu.

Em razão de seu caráter universal, é evidente que o Barroco estava necessariamente presente em uma das criações mais fundamentais da vida em sociedade: a cidade. Isto também é verdadeiro para cidades brasileiras. Em arquitetura, mas também no espaço urbano, o Barroco e o Rococó, que lhe segue, se estendem até o final do século XVIII pelo menos, ao contrário de países europeus, onde o neoclassicismo gradualmente aparece depois de 1750. No Brasil, o neoclassicismo surgiu no início do século XIX, particularmente no Rio de Janeiro,¹ mas vai levar anos, ou mesmo décadas, para se difundir por outras cidades do país, algo especialmente verdadeiro quando se trata de pequenos centros urbanos. Estas últimas continuarão a apresentar, em parte do século XIX, características que ainda podem ser associadas ao Barroco.

Os estudos da arquitetura barroca no Brasil remontam, pelo menos, à primeira metade do século XX. É curioso observar, aliás, que muito contribuíram os estudiosos estrangeiros da arte colonial brasileira em geral:

¹ Normalmente associada à chegada da Missão Francesa no Rio de Janeiro em 1816, o neoclassicismo já havia, na verdade, sido introduzido meio século antes, no norte do Brasil, pela ação de engenheiros militares portugueses como José Fernandes de Pinto Alpoim e José Custódio de Sá e Faria, e por arquitetos como o italiano Antônio José Landi. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa206974/antonio-landi>. Acesso em: 09/08/2019.

A presença de intelectuais estrangeiros no Brasil, procurando desenvolver trabalhos sobre a arte do período colonial, é bastante significativa e esteve sempre relacionada ao IPHAN, mais do que à universidade. É dentro desse panorama que se pode olhar para o contributo de trabalhos como os de Robert Smith, Germain Bazin, Hannah Levy e, depois, John Bury, nomes que não apenas enriqueceram a historiografia artística do Barroco e do Rococó no Brasil, como também contribuíram para conferir, a esses estilos, uma maior visibilidade internacional.²

Em geral, esses trabalhos se voltavam para a escala do edifício, ao passo que os estudos da cidade como manifestação barroca parecem ser mais recentes. Os primeiros estudos da cidade colonial no Brasil como uma manifestação barroca datam, ao que tudo indica, da década de 1980.³ Outros trabalhos se seguiram.⁴ A maioria desses estudos, porém, tem focalizado as cidades que alcançaram um desenvolvimento urbano considerável no período colonial e que por isso reúnem as manifestações mais evidentes do Barroco no país. Por outro lado, é de se perguntar se cidades menores, que eram, também, a grande maioria, não podem igualmente revelar elementos do Barroco, obviamente com suas particularidades e limitações. É nesse sentido que propusemos desenvolver este estudo, baseado na cidade do Natal,⁵ capital do estado do Rio Grande do Norte e localizado no Nordeste do Brasil. Bastante precária nos séculos XVIII e XIX, certos aspectos relativos às práticas sociais e ao espaço urbano de Natal ainda são desconhecidos hoje (Figura 1). Nele destacamos, tanto quanto possível, os elementos que podem nos ajudar a fazer uma leitura barroca da cidade. Ao fazê-lo, queremos mostrar que assumem uma escala diferente, com especificidades que são estranhas às cidades maiores.

Sem intenção de aprofundarmos o assunto, lembramos que os significados do Barroco já foram profundamente debatidos por especialistas de diversas áreas – da pintura à escultura, arquitetura, música e literatura. Há também estudos clássicos sobre a cidade barroca europeia.⁶ Não temos a intenção de retomar essa discussão, mas queremos tão-somente examinar, a partir de algumas ideias centrais, indícios que servem para demonstrar que cidades “periféricas”, também, e a sua maneira, podem ser vistas como uma manifestação do Barroco.

O Barroco, cuja origem pode ser atrelada ao Maneirismo dos séculos XVI e início do XVII, é normalmente visto como uma reação da Igreja Católica contra a

² Ribeiro (2010, p. 17). Exemplos de estudos desses autores podem ser citados: Bazin (1945, pp. 171-177) ou os de Bury (1991), este último reunindo artigos publicados na década de 1950, entre outros.

³ Brenna (1983); Ávila (1984).

⁴ A exemplo de Reis (1994) e Baeta (2010).

⁵ O presente artigo, ainda inédito em português é uma tradução, com acréscimos, cortes e outras adaptações do artigo original publicado em francês (TEIXEIRA, 2002, pp. 157-178) e em parte reproduzido em Teixeira (2009).

⁶ Mumford (1961, pp. 344-409).

Reforma Protestante e como uma associação ao despotismo político e à burguesia nascente, desenvolvendo-se entre os séculos XVII e XVIII. No Brasil, ele mantém relações com essas três manifestações, que não são excludentes entre si, mas a influência católica e o despotismo político são mais evidentes do que os valores burgueses, numa sociedade em que a burguesia sequer existia de fato. É claro que nas cidades mais importantes da época, tais como São Salvador, Rio de Janeiro e Recife, está em formação uma classe mercantil, branca e de origem portuguesa principalmente. No entanto, a simplicidade e a precariedade da maioria dos assentamentos nos impedem de generalizar essa influência. É por esta razão que destacaremos aspectos principalmente religiosos, mas também em alguma medida políticos em nossa leitura da cidade de Natal. Nós propomos dois itens de análise da questão: a teatralidade barroca e o espaço urbano propriamente dito.

A teatralidade barroca

O Brasil teve, sem dúvida, um processo de colonização que podemos chamar de "católico". Numa sociedade profundamente marcada pelos valores da Igreja Católica, inseparavelmente ligada ao Estado, os principais elementos que nos ajudam a compreender melhor a vida e os usos da cidade brasileira no século XVIII nunca poderiam dispensar a religiosidade que, longe de ser do tipo intimista e individualista, como atualmente, se manifestou vigorosamente no espaço urbano. Era uma religiosidade teatral, pública, que se manifestava nas ruas e nas praças, a Igreja representando o elo necessário para a vida comunitária. A cidade era um teatro ao ar livre, onde cada habitante, independentemente da sua filiação social, tinha um papel a desempenhar. Eis aqui, de início, o que caracteriza os usos que poderíamos denominar de barrocos na cidade colonial, especialmente no século XVIII: uma encenação pública, teatral, principalmente de natureza religiosa, que proporcionava emoções aos seus habitantes.

Como esse quadro geral foi expresso na cidade do Natal? Não há muitos documentos históricos sobre os usos do espaço urbano da cidade que chegaram até nós. Além disso, a maioria dos rituais, celebrações e costumes do século XVIII é apenas percebida indiretamente em documentos destinados a outros fins. No entanto, sua leitura nos permite afirmar que a teatralidade de que estamos tratando esteve profundamente presente. Obviamente, uma cidade pequena não podia se permitir espetáculos faustuosos como as de Vila Rica, por exemplo, que estava crescendo economicamente em meados do século XVIII.⁷ Vindo do Maranhão e

⁷ Germain Bazin, depois de descrever com detalhes as ricas manifestações das festas religiosas em Vila Rica em meados do século XVIII, afirma que "(...) se os brasileiros não conheceram a ópera, esta forma essencial do Barroco, pelo menos eles fizeram profundamente uso de tais

chegando em Natal no dia 9 de abril de 1729, o governador Maia Gama atestou a simplicidade da vida religiosa da capital do Rio Grande, por meio da celebração da missa:

Assisti aos ofícios divinos da Semana Santa e Sermões, e tive uma grande consolação de que naquela pobreza se fizesse tudo com muita devoção e piedade, e com muita modéstia; e também tive notícia e certeza do singular procedimento do vigário e coadjutor e dois clérigos mais, ali assistentes; e todos, por voz geral e comua, sem nota no seu procedimento, o que foi singularidade para mim.⁸

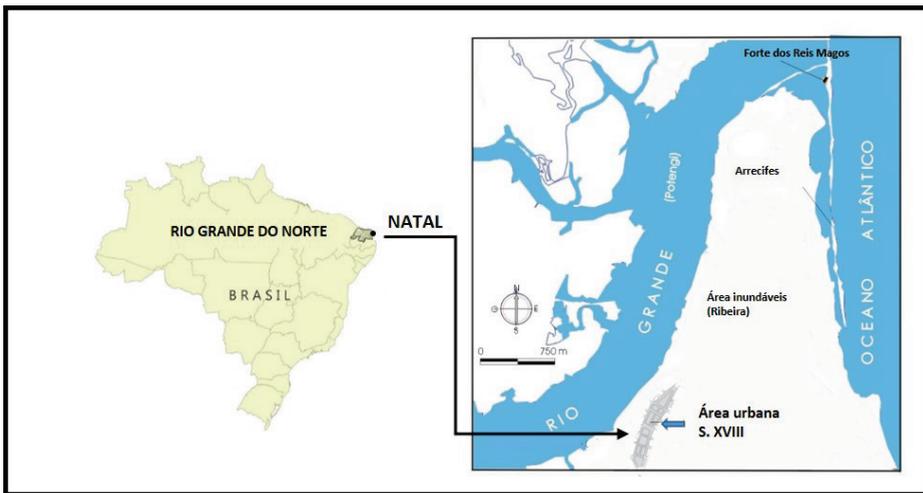


Figura 1. Limites aproximados de Natal e entorno em fins do século XVIII. Fonte: produção própria.

Contudo, usos do espaço urbano com forte carga emocional e dramática estavam presentes na pequena urbe, como é possível perceber por meio dos assentamentos de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. O do padre Manoel Cardoso, por exemplo, que faleceu em 07 de junho de 1762, além de descrever a origem, tipo de doença, idade aproximada (62 anos) e fornecer outros detalhes do falecido, acrescenta que

(...) seu cadáver foi sepultado nesta Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, em hábito clerical de São Pedro, de que era sacerdote revestido d'alva, estola, manípulo e casula de damasco branco, e vermelho, que lhe deu a Matriz, por não ter próprio (...) *teve enterro solene, com estações pelas ruas, a*

espetáculos ao ar livre: cortejos históricos, mitológicos, alegóricos e teológicos que compraziam a época e dos quais o carnaval de hoje, conservado em Veneza e Rio, pode apenas conferir uma pequena ideia (BAZIN, 1956, pp. 16-17).

⁸ Leite (1945, pp. 523-524).

que eu presidi de capa de asperges, conforme disposto no seu testamento e se lhe disse missa de corpo presente e *acompanharão todos os clérigos que se acharam nesta dita freguesia*, de que logo fiz este assento que por verdade assinei. João freire de Amorim. Vigário⁹ (grifos nossos).

O mesmo padre João Freire Amorim também escreveu o assento de óbito de outro clérigo, Manoel Corre Gomes, vigário colado da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, falecido em 04 de agosto de 1760. Entre outras informações, diz que o referido padre, de “sessenta e oito anos pouco mais ou menos”,

(...) foi sepultado nesta Matriz *com enterro solene, acompanhado de todas as confrarias e clérigos que se achavam no lugar*, encomendado pelo reverendo coadjutor João Tavares da Fonseca, fazendo minhas vezes na ausência minha (...) com alva (...) de volta (...) de damasco branco, e se lhe fiz ofício de corpo presente ao terceiro dia a que eu procedi; e pela certidão do reverendo dito coadjutor fiz este assento em que por verdade assinei. João freire de Amorim. Vigário¹⁰ (grifos nossos).

Obviamente, em se tratando de cerimônias fúnebres de religiosos, era de se esperar certa pompa, guardadas, evidentemente, as proporções tendo em vista se tratar de uma pequena aglomeração como Natal. Contudo, mesmo para não-eclésiásticos, essa teatralidade barroca se manifestava, mormente no caso de pessoas com certa posse ou prestígio. O “Registro do testamento com que faleceu Maria Francisca de Assunção, moradora que foi nesta cidade, freguesia de Nossa Senhora da Apresentação”, datado de 23 de agosto de 1799, traz uma série de informações sobre a interessada, dentre as quais o seu pedido à Virgem Maria e a todos os santos, e em especial ao seu anjo da guarda para interceder junto ao Senhor Jesus Cristo em seu favor, ela que foi uma “fiel e verdadeira cristã”. O documento continua descrevendo os últimos desejos da testamentária:

(...) quero ser amortalhada em hábito de São Francisco, enterrada na igreja matriz deste lugar (...) e *conduzida para a sepultura por quatro irmãos das Almas na tumba acompanhada de cruz* (...) da mesma irmandade e se lhes pagará a esmola de costume, também quero que só me acompanhe (...) o reverendo pároco (...) quero que mande rezar por minha alma missa de corpo presente por todos os clérigos que se acharem na terra e quatro oitavas de missa com esmola de trezentos e vinte, e mais uma capela de missa com esmola de duzentos e quarenta (ilegível) por minha alma. Declaro que possuo uma escrava mulata por nome Úrsula a qual lhe passo uma esmola

⁹ Medeiros Filho (1991, pp. 202-203).

¹⁰ Medeiros Filho (1991, p. 203).

de (...) trinta mil réis, para que sendo ela (...) carta de liberdade, e seja lavrada (...) nem duvidarem da liberdade¹¹ (grifos nossos).

O relato deixa transparecer que o ritual exigido por Maria Francisca de Assunção envolvia algum deslocamento dentro da cidade do Natal, como o carregamento do corpo “por quatro irmãos das Almas” até a tumba. Outro exemplo se encontra no testamento de um certo Silva Valle. O testamento está redigido no mesmo padrão usual: começa em nome da santíssima trindade, e faz saber a todos que o lerem que, diz ele, “no ano de nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de 1793”, a 24 de outubro do mesmo ano, “temendo por minha alma” e em “plena consciência”, ele faz o testamento expressando seu desejo sobre uma série de coisas: partilha dos bens,¹² esmolas etc., sempre numa linguagem profundamente religiosa. Sendo ele próprio benfeitor da irmandade do Rosário dos negros, a irmandade dos escravos, desejava ser enterrado nesta igreja. A escolha era muito significativa, porque tal ato testemunhava de sua vida piedosa, ao mesmo tempo em que era, talvez, uma maneira de expiar seus pecados. Como “nobre”, certamente branco em razão de um posto que ocupava na irmandade, reservado a pessoas brancas, ele deveria ter sido sepultado no interior da igreja principal, a de Nossa Senhora da Apresentação. O senhor da Silva deseja um enterro solene:

meu corpo será sepultado na capela do Rosário dos Pretos nesta cidade, onde eu, irmão, tenho sido júri dessa irmandade três anos (...) tenho cova como benfeitor da mesma igreja e me acompanhará o reverendo pároco (...) e mais sacerdotes que houverem no lugar e nele darão velas de libra ao reverendo pároco e de meia libra aos demais sacerdotes. Meu corpo será envolto em hábito do Seráfico São Francisco, e será carregado em caixão coberto este de pano preto, e se me dará missas de corpo presente, e o meu testamenteiro me mandará dizer oitavaria de missa por todos (...), que se acharem presentes, e me acompanharão todas as confrarias da matriz desta cidade e pagando a eles o que de costume pagar a cada uma em semelhante ato¹³ (grifos nossos).

A solenidade do ato se revela em itens como o acompanhamento de todos curas e irmandades da cidade, a utilização de velas pelos participantes – acessório caro à época e sinal de prestígio – várias missas, hábito de São Francisco. É evidente que tal acontecimento se produzia inicialmente no exterior do recinto da Igreja, certamente uma procissão, antes do cortejo adentrar o seu interior.

¹¹ IHGRN, caixa 80, capilha 3, 23/08/1799. Registro do testamento de Maria Francisca da Anunciação.

¹² O senhor da Silva Valle era um homem de posses: 3 casas, duas com quintais com frutas, um sítio, aviamento de farinha e casa de venda, 3 escravos e um “mulatinho” filho da escrava, vários objetos pessoais, alguns de ouro, e objetos de devoção pessoal. Também devia 10 mil réis à matriz, que será entregue à sua irmandade, e 10 mil réis de esmola à capela de Bom Jesus das Dores, na Ribeira, e outros 10 mil réis para suas obras.

¹³ IHGRN, caixa 80, capilha 3, 24/10/1793. Registro do testamento de... da Silva Valle.

Além dos testamentos, outros documentos atestam a teatralidade barroca no uso do espaço urbano da capital potiguar. As procissões, por exemplo, eram manifestações públicas em Natal, como em toda outra aglomeração. Podiam ser semanais, mensais ou anuais. Tendo por cenário o espaço urbano, elas revelam o caráter teatral de sua utilização. Podemos medir a sua importância analisando as ordens e as recomendações frequentes dos altos dignitários da Igreja sobre o tema. As igrejas do Rio Grande, subordinadas desde 1676 à diocese de Olinda, recebiam ocasionalmente visitantes oficiais da Igreja, que iam às paróquias pertencentes à diocese para realizar inspeções, cumprindo as diretivas do bispo, para promover a disciplina, apresentar recomendações, críticas ou admoestações ao pároco local e a seus fregueses. Os registros que eles nos legaram fornecem uma ideia das principais manifestações públicas da primeira metade do século XVIII.

Os livros de registros de visitas da freguesia de Natal livros são a principal fonte de informações sobre estas recomendações. Neles encontramos normas sobre o ritual das procissões e seus horários, bem como sobre vários outros aspectos da vida cristã, inclusive peculiaridades como a vestimenta que deveriam usar os sacerdotes, sem "pompa nem ostentação". Em suma, os mais variados aspectos relacionados à Igreja Católica, em seu esforço de lutar contra o que ela via como prejudicial aos seus interesses e à "pureza" do cristianismo¹⁴ eram tratados, de acordo com as numerosas prescrições estabelecidas nos artigos das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, documento extremamente importante, escrito no início do século XVIII e que estatua sobre praticamente todos os aspectos da vida social e religiosa. As Constituições tinham caráter normativo, devendo ser válido para toda a colônia.

As procissões, nesse contexto, merecem destaque. Na primeira metade do século XVIII, havia pelo menos quatro irmandades em Natal. A de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, uma delas, recebeu terras urbanas a partir de 1706, e

(...) celebrava festas públicas e recolhia esmolas para a igreja. O Senhor do Bom Jesus dos Mártires, ligado a esta capela, era objeto de uma grande devoção popular. No dia 23 de julho de 1725, os irmãos da irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação solicitam ao rei Dom João V uma ajuda financeira para a manutenção da irmandade. Em seu relatório de visita pastoral à mesma paróquia, datado de 27 de novembro de 1741, o padre visitador Lino Gomes Correia dá instruções à irmandade das Santas Almas, a terceira (...). Tomamos conhecimento,

¹⁴ Por exemplo, várias prescrições endereçadas à freguesia de Natal e certamente a outras freguesias subordinadas à diocese de Olinda interditavam as procissões noturnas. Quando admitidas, as mulheres estavam impedidas de participar. Os padres não podiam realizar celebrações em casas, exceto no caso de extrema unção, nem proceder à confissão de mulheres sem o confessor. Estas ordens eram para evitar escândalos sexuais envolvendo padres.

através da carta do capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henriques, datada de 14 de fevereiro de 1743, da existência de uma irmandade do Carmo, à qual se davam esmolos. Este dinheiro serviria para contribuir na construção de um hospício.¹⁵

A irmandade das Santas Almas, por exemplo, realizava semanalmente a "procissão das Santas Almas", às segundas-feiras, e da qual eram obrigados a participar, além dos seus membros, os sacerdotes locais e a população, sob risco de várias penalidades (até excomunhão). Era feita pelas almas dos falecidos, e devia ser acompanhada de missa e de tochas. Num outro registo de visita pastoral, desta vez de Dom Alexandre Bernardino dos Reis, datado de 27 de fevereiro de 1776, lê-se:

Ordeno que nesta igreja matriz haja estação e procissão das almas às segundas-feiras, e que os reverendos sacerdotes que existirem na cidade assistam a ela com pena de observância. Com a ajuda dos irmãos, nesse dia se faça pelos reverendos sacerdotes igualmente as esmolos (...) para se dizerem missas pelas santas almas.¹⁶

As fontes analisadas não fornecem, infelizmente, nenhuma dica sobre o percurso desta procissão. Ela devia se iniciar, no entanto, diante da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, de acordo com outra carta pastoral datada de 1792.¹⁷ A procissão das almas permaneceu até o século XIX, de acordo com outra carta pastoral, datada de 20 de dezembro de 1833. O visitante, Francisco de Brito Guerra, ordena que se

(...) faça as estações das Almas ou procissões sobre os defuntos nos domingos do ano, exceto os declarados na Constituição livro 4 Art. 5º, não podendo fazer nas segundas-feiras por falta de consenso do povo, tudo na conformidade da mesma Constituição.¹⁸

No texto original que está na origem deste artigo, discorremos sobre várias outras manifestações da teatralidade barroca no espaço urbano de Natal, algumas das quais adentrando o século XIX, com é o caso da procissão da penitência, cujo trajeto era conhecido (Figura 2). No que se refere especificamente às procissões, os compromissos das irmandades¹⁹ seria suficiente para atestarmos essa teatralidade barroca.

¹⁵ Teixeira (2002, p. 55).

¹⁶ AN. Livro de tombo, nº 1, op. cit., pp. 66-67.

¹⁷ AN. Livro de tombo, nº 1, *ibid.*, pp. 66-67, pp. 88-89.

¹⁸ AN. Livro de tombo, nº 1, op. cit., pp. 106-106v.

¹⁹ O 1º compromisso de outra irmandade, de Bom Jesus dos Passos, ainda que de 1825, é um bom exemplo. Suas práticas com certeza remontam ao século anterior.



Figura 2. O percurso da procissão da penitência – Natal – séc. XIX. Fonte: autoria própria, sobre imagem do Google Earth.

Manifestações religiosas vinculadas ao poder estabelecido – como as de apoio ao poder metropolitano exigidas pela Coroa portuguesa em ocasiões como quando do terremoto de Lisboa de 1755, ou as celebrações decorrentes do casamento de membros da família real, como em 1727,²⁰ a missa, o *Te-Deum* e a bênção pública do santíssimo sacramento em eventos patrióticos e cívicos, a posse dos cargos públicos no interior da igreja matriz com direito a missa e bênção divina, são exemplos. Acrescente-se a isso os muitos dias santos em que não era permitido trabalhar, a participação obrigatória nas missas e procissões, o cuidado espiritual que se devia dar aos escravos, as orações públicas e as horas das ave-marias, o tilintar dos sinos em ocasiões especiais, além das manifestações profanas, são tantos outros exemplos dessa teatralidade barroca, pública, encontradas em Natal nos séculos XVIII e mesmo em boa parte do século XIX. Novamente, essas manifestações não eram exclusivas da capital potiguar, mas atestam que a teatralidade barroca não se limitava às cidades maiores.

O espaço barroco

Assim como nos usos, o espírito barroco manifestou-se também na materialidade do espaço urbano. As primeiras ruas do pequeno burgo foram construídas à sombra das igrejas. Assim, as três mais antigas se desenvolveram ao lado destes

²⁰ A comemoração, ocorrida no ano seguinte durou nove dias e envolveu missa, procissão, comédias, festas a cavalos, iluminação na frente das casas, etc. Ver, a esse respeito, AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 136.

edifícios. São elas a rua Grande conhecida também no século XVIII como rua da Cadeia, por abrigar a casa de câmara e cadeia – a rua da Conceição e a rua Santo Antônio. A igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, a primeira igreja, erigida muito provavelmente no ano de fundação da aglomeração, em 1599, se situa em frente à Rua Grande. Entre esta e a Rua Nova fica a grande praça ou largo, hoje Praça André de Albuquerque, marco zero de Natal. A fachada posterior da igreja fica na rua da Conceição (Figura 3).



Figura 3. Natal no século XVIII, com o período aproximado de formação das primeiras ruas. Fonte: autoria própria, sobre imagem do Google Earth.

A igreja de Santo Antônio, sobre a qual se tem notícias pelo menos desde 1763, foi erigida no momento em que a rua que lhe empresta seu nome era talvez um simples caminho em direção ao Baldo, ao sul da localidade. Era o antigo “caminho de beber”, utilizado pelos habitantes para se abastecerem d’água no córrego que se encontrava ao sul. Além das três ruas mencionadas, há notícias de uma rua em formação, denominada precisamente “Rua Nova”. Ela se desenvolveu provavelmente entre 1725 e 1750, como demonstram as datas de terra distribuídas pelo senado da câmara aos moradores. A Rua Nova acompanhava a fachada da Igreja matriz, paralela à Rua Grande. Outras ruas tomaram gradualmente forma no curso do século XVIII, até mesmo na parte baixa ao norte desse núcleo inicial.

A terceira igreja situada sobre o platô era a de Nossa Senhora do Rosário, a santa dos negros, um pouco escondida e recuada, certamente porque era destinada aos escravos. A igreja emprestou seu nome ao pátio e à rua que lhe ficavam em frente. Este edifício religioso ficava igualmente numa estrada que unia Natal à fortaleza dos Reis Magos, três quilômetros mais ao norte, atravessando áreas

inundadas. Observamos, deste modo, pela própria formação das ruas, como também por sua nomenclatura, que se tratava de um espaço antes de tudo religioso. Era impossível chegar à cidade sem ver ou sem passar perto de uma igreja. Todas três eram provavelmente visíveis de longe, porque estavam situadas em altura, sobre o platô, e mais altas do que o casario circundante. A igreja do Rosário, por exemplo, mesmo que de costa para a cidade da época, se impunha claramente a partir do Rio Grande, ou Potengi. Esta vista da igreja a partir do rio foi preservada até nossos dias.

Até 1759, Natal dispõe de somente duas igrejas, a de Nossa Senhora da Apresentação e a do Rosário, o que é, aliás, compreensível, tendo em vista sua pequena dimensão e sua evolução econômica. A situação era bem diferente daquela das aglomerações mais importantes da colônia, onde abundavam os mosteiros, os colégios dos jesuítas, os hospícios e outras construções deste gênero.

A importância dos lugares de culto transcende evidentemente o quadro estritamente religioso. Eles são considerados um elemento fundamental da evolução urbana da localidade. Numa sociedade profundamente marcada pela sacralidade, é evidente que o estado da igreja reflete o estado mesmo da aglomeração. O bom estado material da primeira depende da situação social e econômica da segunda, e vice-versa. Isso se evidencia quando das obras que desejava mandar realizar o capitão-mor Antônio Vaz Gondim na igreja matriz, que se encontrava em mau estado em 1673. Uma consulta do Conselho Ultramarino endereçada ao príncipe D. Pedro, datada de 7 de abril de 1674, menciona passagens da carta deste capitão-mor e de outra do senado da câmara. As duas cartas tratavam da situação da fortaleza e da construção da igreja matriz. O Conselho Ultramarino declara que quis o capitão-mor

(...) levantar a igreja matriz, a que se tinha dado princípio e não podia acabar, sem que Vossa Alteza fosse servido dar esmola para a obra, em razão da pobreza dos moradores, e que obrigou aos de maior cabedal que levantassem suas casas naquela capitania e entendia que, acabando a igreja se povoaria a cidade. E os oficiais da câmara da mesma capitania escrevem (...) por o capitão-mor Antônio Vaz Gondim ter principiado levantar a igreja matriz, e com muito desvelo assistia a obra, seria causa de se povoar melhor aquela cidade...²¹

Os oficiais da câmara apoiam este requerimento de ajuda financeira. O capitão-mor alegou, em sua carta de 8 de dezembro de 1673, anexa à consulta, que ele havia ordenado aos habitantes para construir suas casas na cidade, impondo um prazo de seis meses aos colonos mais aquinhoados para empreender os trabalhos,

²¹ AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 14.

sob pena de prisão e de multas, que seriam empregadas na edificação da igreja matriz. Evidencia-se, assim, o poder de atração da igreja para a reconstrução do pequeno centro urbano, que se havia esvaziado quase por completo durante a ocupação holandesa. A igreja foi concluída em 1694.

Os edifícios religiosos, baixos e precários, estavam, contudo, entre os mais importantes da aglomeração, conjuntamente com a casa de câmara e cadeia. A sua fragilidade resulta bem mais das condições econômicas do que da indiferença de seus fregueses. Mesmo a igreja consagrada à Nossa Senhora da Apresentação, a igreja matriz, sofria com a pobreza local. Recolhemos vários testemunhos sobre a precariedade desta igreja, tais como o que foi citado no registro de visita do padre D. Paulo Teixeira, em 1730. O visitador descreveu a igreja como “uma das mais pobres desta diocese”. Ele deplora particularmente as fontes batismais que, feitas de barro, não são dignas de uma igreja matriz. Por este motivo, manda erigir fontes batismais com a ajuda de esmolas e das irmandades.²²

Preservar a igreja em bom estado era evidentemente de competência da Coroa. A carta datada de 18 de junho de 1734, escrita pelo provedor da fazenda real da capitania, Domingos da Silveira, ao rei Dom João V, o demonstra bem. O documento trata da utilização do dinheiro da provedoria da fazenda na igreja matriz. O provedor não pode verificar se a soma de 8 000 réis que é destinada anualmente para a manutenção e edificação da igreja, consoante a ordem real de 3 de março de 1694, foi nela empregada, porque havia outras fontes de renda associadas, referentes aos acompanhamentos e às sepulturas. Ele estima em 150 000 réis o montante necessário para refazer a estrutura de madeira da cobertura do edifício e outras reparações. Sem as esmolas dos fregueses, o montante disponível não seria suficiente. A igreja, situada numa capitania pobre, está em grande carência, e os 8 000 réis servem apenas para realizar pequenas tarefas como a lavagem de roupas, entre outras.²³

A segunda igreja mais antiga, a de Nossa Senhora do Rosário, é destinada aos escravos. Um documento muito interessante traz informações que alteram conclusões previamente estabelecidas a seu respeito, notadamente no que se refere ao ano de sua fundação.

Dizem o juiz e mais irmãos da confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da cidade do Natal da capitania do Rio Grande do Norte do Bispado de Pernambuco que com as esmolas de alguns devotos da virgem mãe de Deus, se erigiu há quarenta anos, uma capela na mesma cidade com o... da

²² AN. Livro de tombo, nº 1, op. cit., p.6.

²³ AHU_ACL_CU_018, Cx. 3, D. 194. O vigário da igreja matriz de Natal, numa carta do 24 de abril de 1752, lembra que os 8 000 réis são insuficientes para a manutenção e a edificação da igreja. Ele denuncia igualmente o fato de que os padres visitantes recebem uma gratificação 3 040 réis por cada visita. AHU_ACL_CU_018, Cx. 6, D. 364.

dita (sic) Senhora do Rosário que pela muita pobreza daqueles moradores, não se pode no presente lhe fazer mais que a capela-mor de pedra e cal, ficando o corpo da igreja de taipa de barro e paus e se acha altamente danificada por serem estes materiais de pouca duração e com menos decência, para nela se celebrarem os ofícios divinos; por cujo motivo vindo em missão àquela cidade o padre Gabriel Malagrida missionário italiano da companhia de Jesus no ano de 1744 convocou com o seu ardente zelo e caridade ao povo que lhe assistiu às missões para arrancarem (sic) pedras para se continuar com a dita obra; e com efeito com o seu exemplo carregou-se muita parte dela para este ministério, a qual existe ao pé da dita capela sem efeito algum, por não poderem os suplicantes como esteltos (sic) miseráveis dar-lhe princípio pela nímia pobreza em que vivem; e porque sendo aquela cidade das mais antigas da América, não há nela mais que a igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação e a capela mencionada dos suplicantes, tudo por causa da pobreza daqueles habitantes; em consideração do que... A Vossa Majestade por sua real clemência e piedade como rei tão pio e zeloso do culto divino lhes faça mercê por esmola mandar-lhes assistir com 400 mil réis para (sic) se poder finalizar a dita igreja e que estes se entreguem ao Reverendíssimo [Bispo? Ilegível]... para correr por sua conta esta despesa, recomendando neste... que de todo não venha abaixo a dita capela, os quais poderão servir as sobras antigas dos contratos da real fazenda daquela capitania do Rio Grande...²⁴

O final da carta é ilegível, e a data da redação não é indicada. Entretanto, ela foi escrita entre 1744, ano citado no corpo da carta, e antes ou no dia 9 de novembro de 1745, correspondente a uma nota no alto do manuscrito. A capela foi, portanto, construída em 1704 ou 1705, porque ela foi erigida “há quarenta anos”. Contudo, a data de terra concedida pelo senado da câmara a Antônio Henrique de Sá, em 3 de novembro de 1706, se situava próximo de um terreno que pertencia a santa do Rosário, “onde se quer fundar a igreja de Nossa Senhora do Rosário”.²⁵ Há, portanto, incompatibilidade de datas, porque em 1706 a capela já estava erigida, segundo o manuscrito transcrito acima. Ou os “quarenta anos” não são exatos, ou a capela foi erigida em outro local, antes de ser reerguida no terreno que lhe havia sido concedido. De qualquer modo, a capela é anterior a 1713 ou 1714.²⁶ O documento reforça pontos já expostos, como a devoção popular, da mesma forma que a influência e o poder de persuasão do clero. Ela traz igualmente à luz a precariedade das edificações religiosas que resultam mais da pobreza da

²⁴ AHU_ACL_CU_018, Cx. 5, D. 300.

²⁵ Cascudo (1980, p. 82).

²⁶ Câmara Cascudo, que não teve acesso a este documento, menciona a data a mais antiga que ele encontrou fazendo referência à Igreja. Este ano, 1713 ou 1714, é geralmente citado como correspondendo ao ano de edificação da capela (CASCUDO, 1980, p. 83).

comunidade do que de sua indiferença religiosa. O autor ou os autores do manuscrito lembra(m) finalmente que a manutenção das edificações religiosas era uma obrigação real. O espanto em razão do pequeno número delas – duas somente – numa cidade que se conta entre as “mais antigas da América” merece menção. Na “cidade de Deus”,²⁷ a insuficiência quantitativa das igrejas era um problema maior.

Outro edifício de função tanto religiosa quanto educativa que devia ser edificado em Natal foi o hospício, já mencionado anteriormente. Compulsamos vários documentos que demonstram bem a evolução dos debates sobre sua construção, que nunca foi realizada. Antes do século XVIII, a educação no Rio Grande é somente uma suposição, pela ausência de documentação disponível sobre o tema. Uma carta do senado da câmara à Sua Majestade, datada de 3 de agosto de 1702, ressalta a necessidade de um convento ou hospício religioso, considerado de grande utilidade ao serviço de Deus e ao bem de todos. Os oficiais da câmara solicitam ao rei que este mande vir religiosos de Pernambuco para erigir o convento, que devia servir como apoio às missões que o padre Miguel de Carvalho estava fundando então.²⁸ 26 anos mais tarde, nenhum edifício semelhante havia sido construído. Os oficiais do senado da câmara continuavam a insistir sobre a importância do mesmo, segundo uma carta de 26 de janeiro de 1728, que afirma

(...) o muito que se fazia preciso para o serviço de Deus e de Sua Majestade que se mandasse erigir naquela cidade um hospício em que se residissem alguns religiosos da Companhia ou de São Francisco para ensinarem gramática aos filhos daqueles moradores e se poderem ordenar-se sacerdotes de que padecem grande falta em prejuízo das almas.²⁹

O governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, fora encarregado de informar o rei da necessidade ou não do hospício. Ele escreve ao provedor da fazenda da capitania do Rio Grande para que este último consulte os oficiais da câmara a respeito do assunto. Estes deviam indicar por escrito que tipo de

²⁷ Termo metafórico, utilizado aqui e em outros trabalhos para designar espaços urbanos profundamente marcados pela religiosidade, tanto em sua materialidade física quanto em termos das práticas sociais.

²⁸ Mariz (1994, p. 137).

²⁹ AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 153. Outro testemunho interessante a este respeito nos é fornecido pelo governador Maia Gama, em abril de 1729 : “também me pareceu conveniente o que me representou o vigário e os oficiais da câmara, de que não havia um mestre, que ensinasse gramática aos seus filhos, e que os não podiam mandar a Pernambuco pela distância e pelo não poderem lá sustentar... e que queriam recorrer a Vossa Majestade para lhe mandar consignar um mestre com 100 000 réis de sua real fazenda; e eu lhes respondi que seria justo que eles concorressem e fizessem a consignação, à fundação ou assistência ao menos de dois padres da Companhia, para suprir a necessidade que têm de mestres e sacerdotes, pois assentam que por falta dos ditos mestres, desde a fundação daquela cidade e capitania, não houve dos filhos dela mais do que três sacerdotes; e havendo mestre poderá haver muitos, que acudam à grande falta de sacerdotes que há em toda capitania" (LEITE, 1945, pp. 523-524).

contribuição eles poderiam oferecer para sua edificação e de qual maneira ele poderia ser erigido. Reunidos em sessão de 6 de fevereiro de 1730, os oficiais da câmara confirmam a necessidade do hospício e acrescentam que eles tinham convidado os religiosos do Carmo para nele trabalhar, porque os de São Francisco tinham recusado o convite. Os religiosos do Carmo estimavam que o convento poderia ser construído graças às esmolas dos moradores. Com efeito, estes religiosos, que possuíam fazendas na capitania, já tinham começado a juntar esmolas para este fim.³⁰

O rei requereu igualmente o parecer do bispo de Pernambuco sobre a questão, que confirmou a necessidade do hospício, numa carta de 20 de outubro de 1730. Segundo ele, os padres fazem efetivamente falta e que somente um filho da capitania havia sido ordenado padre, porque seus pais eram ricos e o tinham enviado a Recife para ali fazer seus estudos. Ele acrescenta que “os quais mais moradores da freguesia que era muito populosa ainda que não o fosse a da cidade, e não podiam fazê-lo”. O Conselho Ultramarino, dispondo dos documentos citados,³¹ apresenta um parecer favorável em 5 de junho de 1731. O Conselho propõe ao rei que 200 000 réis provenientes dos dízimos da capitania de Pernambuco sejam utilizados para pagar quatro religiosos da Companhia de Jesus que deviam nele trabalhar. Sugere ainda ao soberano que ele conceda aos religiosos uma sesmaria para a construção do edifício, como de praxe. Porém, o senado da câmara e os moradores deviam se responsabilizar por sua construção.

A despeito de todos estes esforços, o hospício não foi construído. O escrivão da câmara Dionísio da Costa Soares, numa carta de primeiro de junho de 1733, insiste quanto à necessidade de construí-lo em razão “da grande necessidade de padres”. Ele assevera que existe um mestre de gramática em Natal, enviado pelo rei e que recebia um salário de 50 000 réis, fixado pelo bispo de Pernambuco. Efetivamente, este padre-professor fora nomeado pela carta régia de 21 de julho de 1731, que ordenava que houvesse um padre “de bons costumes e bom gramático” para ensinar gramática aos filhos dos moradores, solução provisória que ficaria em vigor enquanto não houvesse meios para a edificação do hospício.³² No entanto, ela se tornou definitiva.³³ Trata-se, provavelmente, do primeiro curso público de gramática latina dispensado na capitania.

A discussão sobre a criação do hospício se desenrola por cerca de trinta anos, demonstrando, mais uma vez, a implicação de vários agentes socioeconômicos na construção dos espaços sagrados da pequena localidade e revelando assim a mentalidade predominante na época. Ninguém dúvida verdadeiramente da importância tanto religiosa quanto educativa desta construção, que engendra um debate

³⁰ Mariz (1994, p. 173).

³¹ A maioria dos documentos citados aqui foram reunidos in AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 153.

³² AHU_ACL_CU_018, Cx. 5, D. 324.

³³ Ver também a carta do capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henriques ao rei a esse respeito, em 14 de fevereiro de 1743. As esmolas concedidas à ordem do Carmo pelos habitantes contribuiriam para o projeto do hospício. AHU_ACL_CU_018, Cx. 5, D. 275.

implicando um grande número de funcionários de todos níveis, além da população, a maior interessada. A discussão revela, por sinal, os entraves e as dificuldades da burocracia colonial, com seus vai-e-vem constantes e as delongas nas respostas.

O edifício da casa de câmara e cadeia, por sua vez, demonstra de modo ainda mais contundente a sacralidade do espaço urbano da capital, se levarmos em consideração o fato de que, ao contrário dos edifícios citados, este é civil, de função laica. Representante efetivo do braço temporal do poder, ele abrigava, consoante à tradição portuguesa, a prisão no térreo e a casa da câmara no primeiro andar. Em Natal, era a única edificação com mais de um pavimento de que se tem conhecimento. Situado no centro da aglomeração, do outro lado da praça principal, quase em frente da Igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, era um dos principais edifícios civis da cidade colonial. Contudo, a sua fragilidade é uma constante em Natal e revela, mais uma vez, tanto a pobreza dos habitantes como o fraco nível técnico dos materiais e sobretudo da mão-de-obra disponível na época.

A polêmica em torno da escolha do local para a construção da terceira casa,³⁴ concluída em 1721, demonstra bastante bem a relação que este edifício administrativo, “secular”, mantém com a sacralidade. Longa demais para ser apresentada aqui, suas consequências ainda se viam sentir mais de três décadas depois de construída, envolvendo a sobrinha do construtor, então falecido, os oficiais do senado da câmara, o provedor da fazenda real, o capitão-mor e outras autoridades, inclusive de fora da cidade. O que precisamos reter, entretanto, dessa polêmica são os argumentos religiosos dos dois partidos opostos na questão, que envolviam o direito dos presos em ouvir missa, o desrespeito à casa de Deus para uma das localizações propostas e a impossibilidade de se realizarem sufrágios pela alma do construtor, Manoel do Couto Rodrigues, o qual, acusado de não haver construído a edificação como deveria, havia sido penalizado com a retenção de seus bens.³⁵ Infelizmente não é possível ir além dessas constatações gerais nos limites deste artigo.

O mobiliário urbano encerra outro elemento da maior importância para nossa reflexão. O mobiliário de uma cidade colonial é sumário, notadamente nas pequenas aglomerações. Ele se limita aos elementos indispensáveis que fazem referência aos valores sagrados, tais como cruzeiros, os nichos abrigando estátuas e servindo ao mesmo tempo para a iluminação pública e o cemitério, elemento fundamental, localizado no interior, anexado ou próximo às igrejas. Outros, mais efêmeros, são as plataformas, os viáticos e os arcos instalados quando das procissões. Entre os componentes profanos destaca-se o pelourinho, símbolo da administração e

³⁴ Há registros de duas casas antes dessa, uma que estava em ruínas em 1674; outra que, erigida entre 1675 e 1676, ameaçava ruína em 1709 em razão de um inverno muito chuvoso. A terceira, concluída em 1721, substituiu esta última. Outra casa de câmara e cadeia, a última, ainda seria construída entre 1677 e 1670 (TEIXEIRA, 2012).

³⁵ A defesa dos sufrágios em nome do construtor, então já falecido, foi feita pela sua sobrinha e herdeira, Francisca Maria de Couto (TEIXEIRA, 2012, pp. 101, 214-217).

da justiça civil, assim como do status político da aglomeração. As fontes públicas ou chafarizes, que podem apresentar, às vezes, imagens sacras normalmente se associam mais ao mobiliário profano. Bem trabalhadas e ornadas, estão particularmente presentes nos centros urbanos mais prósperos. A exemplo das edificações, o mobiliário urbano de Natal faz referência tanto ao sagrado quanto ao profano, nesta ordem de prioridade.

Nós ignoramos a existência de fontes ricamente ornadas em Natal, no século XVIII. As fontes d'água utilizadas pela população se encontravam ao sul e ao norte do platô elevado onde ela habitava. A do sul era o córrego chamado “do Baldo”, ao qual se chegava pelo “caminho de beber”, a atual rua Santo Antônio. Uma das cruces limítrofes do sítio urbano da aglomeração se encontrava ao pé do córrego (Figura 3). As fontes do norte compreendiam várias cisternas, das quais a mais conhecida se chamava São Tomé. Segundo uma antiga tradição, este santo tinha deixado as marcas de seus pés numa pedra.

O mobiliário civil se limita praticamente ao pelourinho. Tendo em vista sua condição de cidade desde o início de sua história, é certo que Natal sempre dispôs de um. Uma das mais antigas referências a este assunto se encontra no bando³⁶ perdoando os criminosos que desejavam se engajar na guerra contra os Bárbaros, desde que fossem viver em Assu. O bando que anunciava esta notícia foi fixado ao pelourinho da capital, segundo um documento do 6 de janeiro de 1696. O pelourinho era composto, de acordo com a tradição, de um globo de terra com as insígnias das armas reais de Portugal, colocado no topo da haste. Em sua parte superior, se encontrava uma barra de ferro com ganchos na extremidade, que servia para prender os malfetores.³⁷ As Ordenações estabeleciam a lista dos crimes susceptíveis de serem punidos no pelourinho, dentre as quais se incluíam, evidentemente, as blasfêmias e as interrupções às cerimônias oficiais e religiosas.³⁸

Quanto ao mobiliário sagrado, as fachadas das casas eram o lugar ideal para valorização das imagens de santos, particularmente nas esquinas das ruas. As estátuas eram objeto de orações públicas, notadamente ao cair da noite e exerciam igualmente a função prática de promover, ainda que muito precariamente, alguma iluminação pública. Como em todo lugar, as fachadas das casas da capital do Rio Grande eram certamente compostas de elementos ou de motivos que faziam referência ao sagrado. Porém, não encontramos manuscritos descrevendo as fachadas de suas habitações no século XVIII. Por outro lado, exemplos registrados no século seguinte parecem confirmar o que nos parece bastante provável, de qualquer maneira.

³⁶ Uma categoria de leis e de ordenanças do sistema administrativo português. Trata-se de uma ordem ou de uma comunicação oficial, lida em praça pública, após o toque de tambores. A ordem era fixada ao pelourinho para chegar ao conhecimento de todos (AB'SABER, 1985, pp. 45-47).

³⁷ Cascudo (1980, pp. 347-348).

³⁸ Cascudo (1950, p. 10).

Quanto aos nichos públicos, utilizados para abrigar estátuas e imagens de santos, eles eram aparentemente poucos durante todo o século XVIII. Podemos inferi-lo a partir da recomendação feita pelo padre secular Dionísio de Souza Bandeira, visitador e notário do Santo Ofício da Inquisição quando de sua passagem em 1792. Ele lamentava que Natal não dispusesse de nicho público consagrado à Virgem Maria. Entre outras orientações, ele determina que

(...) o reverendo pároco admoestará [aos habitantes da cidade] tenham devoção pública com a Virgem Maria Nossa Senhora, pois sendo tão antiga esta cidade nela não descobriu o excelentíssimo (sic) senhor um só nicho para se entoar claramente o terço da mãe de Deus...³⁹

Os cruzeiros situados em lugares estratégicos do sítio urbano são outro item fundamental do mobiliário sagrado. Para o seu porte, a localidade dispunha de um número considerável deles. Além dos que existiam certamente diante das duas igrejas situadas no platô até 1759,⁴⁰ outros demarcavam os limites do sítio urbano, como já o indicamos anteriormente (Figura 3). O limite norte era demarcado por várias cruces. Elas estão na origem do nome da principal estrada de ligação entre a parte alta e a parte baixa da capital, mais ao norte, a “rua da Cruz”. É possível que tenha havido outras que os manuscritos conhecidos não registraram. A abundância de cruces colocadas no interior dos centros urbanos corresponde a uma forte tradição portuguesa, tanto nas aglomerações da metrópole quanto naquelas localizadas em suas possessões.

Evidentemente, cruzeiros ou cruces ao ar livre marcavam, outrora, os espaços sagrados. A cruz no limite sul do sítio urbano foi durante muito tempo um motivo de devoção religiosa, que se prolongou até o início do século XX. Os cruzeiros diante das igrejas designavam igualmente um lugar sagrado, a própria extensão do espaço interior daquelas. O pátio coroado por uma cruz em frente à igreja de Nossa Senhora da Apresentação era utilizado como cemitério, isto é, como campo santo. O reverendo visitador Lino Gomes Correia exige, em 1741, que

(...) o reverendo pároco não consinta (...) enterrar-se mais pessoas nas sepulturas do cruzeiro da matriz, pelo título de lhes pertencerem, serem suas as ditas sepulturas, sem despacho e ordem do Excelentíssimo senhor bispo; não se permitirá serem nelas sepultadas pessoas consanguíneas em 1º grau descendentes daqueles, que se diz lhe foram dadas as ditas sepulturas, e assim mais aos maridos ou mulheres dos ditos descendentes no 1º grau.⁴¹

³⁹ Relatório de visita pastoral registrada em Natal, no dia 12 de fevereiro de 1792. AN. Livro de tomo, nº 1, *op. cit.*, p. 88.

⁴⁰ O cruzeiro diante da Igreja do Rosário, por exemplo, é citada numa concessão de terra urbana datada de 2 de julho de 1714 (MEDEIROS FILHO, 1991, p. 79).

⁴¹ Pastoral registrada em Natal em 27 de novembro de 1741. AN. Livro de tomo, nº 1, *op. cit.*, pp. 13-14.

O principal espaço público da aglomeração, reunindo a igreja matriz e a casa de câmara, as duas principais edificações, comportava, portanto, um cemitério. O cemitério em volta do cruzeiro, situado no coração do terreiro diante da igreja principal demonstra que o espaço sagrado não se limitava ao interior dos edifícios, mas se estendia pelas ruas e praças públicas, mesmo as mais importantes.

Como a igreja, o cemitério que lhe está intrinsecamente relacionado compõe um dos mais importantes elementos da cidade de Deus. A vida e a morte se desenvolviam em torno destes dois espaços construídos, que consistiam efetivamente em um único e mesmo espaço. As pessoas nasciam, viviam, celebravam e morriam em torno e no interior de ambos, sagrados por excelência. A igreja matriz de Natal e a igreja do Rosário acolhiam os mortos em seu interior. A localização das sepulturas, no interior ou no exterior da igreja, indicava, na cidade de Deus, o status social do defunto. As duas igrejas denotavam uma determinada condição social, a igreja matriz sendo mais importante do que a do Rosário. Da mesma maneira, o “nível de sacralidade” atribuído a cada divisão dos espaços interiores dos edifícios religiosos constituía um elemento de natureza topológica que atestava uma hierarquia social que acompanhava os mortos no além. Estes aspectos também estão presentes na cidade do Natal.

A localização do cemitério em frente da igreja de Nossa Senhora da Apresentação, a oeste desta última, não resultava, provavelmente, de um mero acaso. Segundo uma tradição cristã muito antiga, a igreja devia se situar, tanto quanto possível, no eixo Leste-Oeste. A trajetória do sol, nascendo a leste, do lado da igreja, e se pondo a oeste, do lado do cemitério, possuía assim profunda carga simbólica. Os dois elementos do mobiliário urbano representavam o nascimento e a morte,⁴² de acordo com uma sequência espacial e cosmológica. Na ausência de dados que possam nos conduzir a respostas definitivas, alguns indícios nos permitem, pelo menos, supor que este efeito era deliberado em Natal. Primeiramente, a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação é a mais antiga. Construída muito provavelmente em 1599, ano da fundação da cidade, ela é anterior à formação de seu tecido urbano. Não havia, portanto, obstáculo físico para a sua construção. Na ausência de uma outra explicação que possa explicar sua disposição, assim como a de seu cemitério externo,⁴³ nada nos impede de supor que houve tal intenção simbólica. Mais importante ainda, esta relação parece ser respeitada bem mais tarde, quando os primeiros cemitérios serão construídos à distância das igrejas nas cidades estudadas, como verificamos em outras cidades do Rio Grande do Norte.

⁴² O princípio da localização das igrejas no eixo este-oeste era estabelecido pelas Constituições, como veremos posteriormente. Várias civilizações, e não somente a civilização cristã, associam o oeste à morte (CLAVAL, 1997, p. 100).

⁴³ É possível que o cemitério seja posterior à igreja.

Por fim, é necessário lembrar que os elementos do mobiliário urbano, majoritariamente sagrados, produzem a teatralidade de rituais religiosos que se manifestava em termos individuais, e não somente comunitários. Os costumes diários dos indivíduos estavam marcados por práticas e ritos religiosos, que os acompanhavam do sol nascente ao poente. Neste contexto, os elementos do mobiliário urbano se tornam particularmente reveladores. Eles exigem dos fregueses atos teatrais no espaço urbano, como se ajoelhar diante das estátuas e dos nichos públicos ou na passagem de cortejos fúnebres. Os indivíduos eram obrigados a segui-los mesmo sem conhecer o defunto. As orações individuais ou coletivas diante das estátuas ao pôr do sol são outros exemplos muito evidentes desta representação, que marcam os centros urbanos brasileiros, principalmente no século XVIII. Natal não era uma exceção.

Enfim, a presente análise demonstra que o caráter barroco da vida urbana não foi privilégio dos centros mais avançados do Brasil colonial. Na verdade, revela, com suas peculiaridades e simplicidade, sintomas do que poderíamos chamar de uma “civilização barroca” que se estendeu até mesmo a uma pequena cidade do Nordeste brasileiro. A análise nos permitiu “ler uma cidade” numa perspectiva que transcende uma simples questão de estética ou de estilo, pois envolve, além dos aspectos materiais normalmente mais visíveis e palpáveis, mentalidades e visões de mundo típicos do século XVIII, era barroca por excelência. Sim, com efeito, num canto esquecido do mundo colonial português, Natal, uma cidade periférica e precária, era também uma cidade barroca.

Referências

Fontes primárias

AHU. Documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino – Rio Grande do Norte.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 14.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 153.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 3, D. 194.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 5, D. 275.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 5, D. 300.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 5, D. 324.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 6, D. 364.

AN (Arquidiocese de Natal).

Livro de tombo, n° 1

BA (Biblioteca da Ajuda – Portugal).

BA. Consultas de Pernambuco, de 1749 a 1807. Consultas sobre representações de várias entidades das capitanias de Pernambuco, Paraíba do Norte e Ceará (1749-807). Do Conselho Ultramarino, códices 267, pp. 3v-4.

IHGRN. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

IHGRN, caixa 80, capilha 3, 23/08/1799. Registro do testamento de Maria Francisca da Anunciação.

IHGRN, caixa 80, capilha 3, 24/10/1793. Registro do testamento de... da Silva Valle.

Fontes secundárias

AB'SABER, A. N. et alii. "O Direito português no Brasil". In: HOLANDA, S. B. (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo 1. A Época colonial. São Paulo: DIFEL, 1985.

ÁVILA, A. *Iniciação ao Barroco Mineiro*. São Paulo: Nobel, 1984.

BAETA, R. E. *O barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII*. Salvador: EDUFBA, 2010.

BAZIN, G. R. M. *Originalidade da arquitetura barroca em Pernambuco*. Arquivos, Recife, n. 7-20, pp. 171-177, Prefeitura Municipal do Recife/Diretoria de Documentação e Cultura, 1945-5.

_____. *L'Architecture religieuse baroque au Brésil*. Paris: Librairie Plon, 1956.

BRENNA, G. R. *Medieval ou barroco?* Proposta de leitura do espaço urbano colonial. Barroco, Belo Horizonte, n. 12, pp. 141-145, 1983.

BURY, J. *Arquitetura e arte no Brasil colonial*. São Paulo: Nobel, 1991.

CASCUDO, L. C. *História da cidade do Natal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980.

_____. O Símbolo jurídico do pelourinho. *Separata da Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte* (RIHGRN), Natal, 1950.

CLAVAL, P. "As Abordagens da Geografia cultural". In: CASTRO, I. E. et alii (org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. pp. 89-117.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1945.

MARIZ, M. S. *Repertório de documentos para a História indígena no Rio Grande do Norte*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII-USP), 1994.

MEDEIROS FILHO, O. *Terra natalense*. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

MUMFORD, L. *The city in history. Its origins, its transformations and its prospects*. New York: Harvest/ Harcourt Brace Jovanich Publishers, 1961.

REIS FILHO, N. G. *Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil*. São Paulo: FAUUSP, Cadernos de Pesquisa do LAP, 1994.

RIBEIRO, M. T. D. “Prefácio”. In: NAKAMUTA, A. S. (org.). *Hanna Levy no IPHAN*. História da arte e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. pp. 13-18.

TEIXEIRA, R. B. *Da cidade de Deus à cidade dos homens*. A secularização do uso, da forma e da função urbana. Natal: EDUFRN, 2009.

_____. *De la ville de Dieu à la ville des hommes*. La sécularisation de l’espace urbain dans le Rio Grande do Norte – Brésil. Thèse de doctorat. Paris: EHESS, 2002

_____. *Natal, une ville baroque au nord-est du Brésil*. Cahiers des Amériques Latines (Paris), Paris/França, v. 38, pp. 157-178, 2002.

_____. *O poder municipal e as casas de câmara e cadeia*. Semelhanças e especificidades do caso potiguar. Natal: EDUFRN, 2012.



A PoD Editora garante, através do selo FSC de seus fornecedores, que a madeira extraída das árvores utilizadas na fabricação do papel usado neste livro, é oriunda de florestas gerenciadas, observando-se rigorosos critérios sociais e ambientais e de sustentabilidade.

Composto e Impresso no Brasil
Impressão Sob Demanda

212236-0844

www.podeditora.com.br
atendimento@podeditora.com.br

2019